O CARÁTER PEDAGÓGICO DO ROMANCE-REPORTAGEM PARA A CONSTRUÇÃO DA CRÍTICA SOCIAL

EL CARÁCTER PEDAGÓGICO DE LA NOVELA-REPORTAJE PARA LA CONSTRUCCIÓN DE LA CRÍTICA SOCIAL

Laísa Veroneze Bisol[1]

Lizandro Carlos Calegari[2]

RESUMO: Este artigo apresenta uma análise bibliográfica acerca do romance-reportagem, que une as funções literária e jornalística. Como parte do jornalismo literário, as obras desse gênero visam resgatar importantes acontecimentos sociais, por meio de pesquisas e entrevistas, representando realidades para instigar a crítica e a reflexão social. Nesse sentido, este estudo objetiva identificar as características e as funções do romance-reportagem a fim de observar o caráter pedagógico dessas produções. Assim, a utilização da linguagem mais detalhada, semelhante à literatura, e a partir de outras estratégias discursivas, como a aproximação do autor do texto com o leitor, indicam que esse tipo de narrativa possui viés pedagógico, uma vez que instiga o envolvimento dos leitores com causas sociais, buscando fortalecer o senso de empatia.

Palavras-chave: Romance-reportagem. Jornalismo literário. Caráter pedagógico. Crítica social.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Regina Zilberman, em seu texto “Sim, a literatura educa”, discute o caráter pedagógico da literatura, afirmando que a narrativa literária ultrapassa a ideia de uma educação didática, pois assume uma função de educação para o mundo. Já compreendemos o quanto a leitura literária se configura uma ferramenta importante de construção dos sujeitos e, enfatiza Zilberman (2008, p. 23), que por meio da leitura é possível despertar o senso de alteridade, além de expandir “as fronteiras do conhecido”.

[1] Doutora em Letras – Estudos Literários (Universidade Federal de Santa Maria – UFSM); Doutora em Comunicação e Informação Contemporânea (Universidade de Santiago de Compostela – USC); Mestra em Letras (Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI); Graduada em Comunicação Social – Jornalismo (UFSM). É professora de redação e docente no Programa de Pós-Graduação em Educação (mestrado e doutorado) da URI.

[2] Doutor em Letras – Estudos Literários (Universidade Federal de Santa Maria - UFSM). É professor no Programa de Pós-Graduação em Letras (mestrado e doutorado) na mesma instituição.

Nessa perspectiva, compreendemos a necessidade de debate acerca das diferentes possibilidades de leitura e dos distintos gêneros textuais, que podem ser efetivos enquanto aparatos pedagógicos, não somente no sentido de aprendizagem escolar, mas, sobretudo, na direção da ampliação das percepções do mundo e da construção da crítica social.

Diante disso, neste estudo propomos, por meio da análise bibliográfica, uma revisão acerca de uma dessas possibilidades de leitura, os romances-reportagens, que são fruto do jornalismo literário, esse que, conforme defendemos, pode propiciar movimentos de conhecimento profundo dos acontecimentos que permeiam a história e a memória da sociedade.

Para Marques de Melo (1985, p. 65), "a reportagem é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística". Sabrina Schneider (2013, p. 121) destaca que "a reportagem extrai seu significado do recorte estabelecido pelo jornalista, da problemática por ele identificada", e, a partir disso, o seu sentido não consiste "no ineditismo da história, no caráter insólito dos episódios relatados ou na notoriedade das personagens envolvidas", mas é estabelecido pela intenção do escritor. "Também é por isso que, na reportagem, podem ser abordados assuntos normalmente desprezados pela grande imprensa, seja pela ausência de novidade ou por dizerem respeito a pessoas comuns".

É, portanto, a partir de uma reportagem, mais trabalhada tanto estilisticamente quanto textualmente, que diversos temas são abordados sem a necessidade de seguir o roteiro pré-estabelecido para a construção de uma narrativa. Com isso, apresentamos a noção de uma "grande reportagem", ou seja, aquela que ultrapassa os limites das folhas do jornal, por exemplo, para ganhar espaço em um livro, que pode ser denominado romance-reportagem, pelo seu caráter literário.

Nessa perspectiva, um fato que, em geral, já foi abordado nos noticiários, de maneira mais ligeira, ganha a atenção de um autor que, por meses ou anos, busca construir uma versão daquela realidade textualmente, com riqueza de detalhes, de entrevistados, de informações e contextos. Desde que os estudos sobre jornalismo literário surgiram, em 1960, são muitos os pesquisadores que têm abordado o gênero, não apenas revendo o histórico e o conceituando, mas, também, relatando

as particularidades dessa forma de fazer jornalístico – e literário. Cabe ressaltar que embora se refiram a um mesmo tipo de obra, o termo “livro-reportagem” é majoritariamente utilizado pelos estudiosos do jornalismo, enquanto “romance-reportagem” é a nomenclatura habitualmente empregada pelos estudiosos da área da literatura.

Ao investigar a questão da diferença entre as nomenclaturas, Schneider (2013) aponta que os jornalistas atuam na defensiva quando seus livros são lidos como ficção, tendo em vista que tratam de fatos verídicos. Já os críticos da área de Letras apontam a pobreza de recursos e a falta de um trabalho mais minucioso com a linguagem. Assim, a preferência pela denominação “livro-reportagem” por parte dos comunicólogos infere a ideia de que o livro seria apenas um meio físico para divulgar textos com sua essência na informação jornalística, mesmo com suas características literárias, haja vista que o termo “romance” está normalmente associado à ficcionalidade.

Diante disso, cabe trazer à tona as ideias de Chillón (1999). O estudioso argumenta que toda a fala humana sempre possui, em alguma medida, ficcionalidade. Segundo o autor, há, no âmbito da literatura, um entendimento comum que relaciona ficção à falsidade ou à mentira, que leva a ideia de que a criação artística poderia ser algo negativo. No entanto, trata-se de uma visão muito restritiva a respeito da ficção. Para Chillón, não basta dizer que existam textos midiáticos e literários de um lado e narrativas enganosas de outro lado, tampouco buscar distinguir ficção boa e ruim. É preciso considerar que os atos de fala são atos de ficção que permitem expressar e compreender de modo imaginativo e retórico tudo o que possamos chamar de realidade. Entretanto, a grande questão, conforme o autor, está na análise do grau e da maneira com que a ficção acontece.

Apesar da escolha do termo (romance-reportagem ou livro-reportagem), é indiscutível que esse formato de narrativa pertença ao campo denominado jornalismo literário. Edvaldo Pereira Lima, escritor, jornalista e professor, que foi cofundador da Academia Brasileira de Jornalismo Literário e é um grande ícone no que concerne aos estudos sobre a temática, pois resgata e apresenta de forma ampla e esclarecedora o gênero que desvela centenas de romances-reportagens todos os anos. O autor destaca que o jornalismo absorve

> elementos do fazer literário, mas, camaleão, transforma-os, dá-lhes um aproveitamento direcionado a outro fim. A literatura está, até então, basicamente interessada na escrita. Mesmo quando representa o real, através da ficção, a factualidade concreta, efetiva – de acontecimentos, personagens e ambientes perfeitamente existentes e nominados, no espaço social verdadeiro – não é, na maioria dos casos, o item primordial. As exceções estariam com os livros de memórias, com as autobiografias, com os relatos de viagens. Mas, *grosso modo*, não há na literatura contemporânea aos primórdios da imprensa moderna atual a necessidade do *reportar*, completamente factual. E é esta tarefa, a de sair do real para coletar dados e retratá-lo, a missão que o jornalismo exige das formas de expressão que passa a importar da literatura, adaptando-as, transformando-as. (LIMA, 1995, p. 138, grifos do autor).

A partir do entendimento desse pesquisador, reiteramos a ideia da convergência entre as duas áreas – literatura e jornalismo – que, mesmo com finalidades distintas, estão imbricadas através de diversos elementos. Ambas representam, ambas se valem de temáticas sociais e ambas, ainda, utilizam uma linguagem específica para narrar aquilo que almejam. Dessa maneira, quando unidas, formando um único produto de difusão de ideias, tornam-se uma poderosa ferramenta pedagógica para estimular a crítica social.

No entanto, a aceitação do texto jornalístico escrito a partir de técnicas literárias não foi unânime em seu surgimento, na década de 1960. Muitos não aceitavam o estilo como gênero, questão que é discutida ainda na atualidade. A ideia de Novo Jornalismo ganhou força com a publicação do livro *A sangue frio* (1966), de Truman Capote, romancista que, segundo Tom Wolfe (2005), estava com a carreira um pouco parada até a publicação dessa obra que é considerada como fundadora do jornalismo literário, sendo o primeiro romance-reportagem, fato esse que lhe atribuiu prestígio. A grande reportagem, que resultou na referida obra, levou cinco anos para ser desenvolvida e relata, de forma muito bem apurada e aprofundada, o assassinato de uma família na cidade de Holcomb, no interior do Estado do Kansas, nos Estados Unidos. “Pessoas de todo tipo leram *A sangue frio*, pessoas de todos os níveis de gosto. Todo mundo foi absorvido por aquilo. O próprio Capote não chamava seu livro de jornalismo; longe disso, dizia que tinha inventado um novo gênero literário, o ‘romance de não-ficção’” (WOLFE, 2005, p. 46). Após outras publicações nesse mesmo estilo de narrativa, “em 1969, ninguém do mundo literário podia simplesmente descartar esse Novo Jornalismo como um gênero inferior” (WOLFE, 2005, p. 48). Lima (1995, p. 138) também une essa

experiência: “num primeiro movimento, o jornalismo bebe na fonte da literatura. Num segundo, é esta que descobre, no jornalismo, fonte para reciclar sua prática”.

Embora a nomenclatura e os estudos a respeito partam da década de 1960, há registros de narrativas romanescas de não ficção em uma época ainda mais distante. Se tomarmos o Brasil como exemplo, temos o livro *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha, que relata as experiências do autor diante da Guerra de Canudos, onde atuou como correspondente em 1897.

Rildo Cosson (2001), que considera o romance-reportagem como um gênero, explica que os romances-reportagens surgem na década 1970, especialmente em razão da resistência ao regime ditatorial. Todavia, conforme Schneider (2013), o romance-reportagem foi inclusive acusado de ter contribuído com a ditadura por ter elegido formas erradas de combatê-la, porque, em vez de questionar a realidade através da recusa da sua representação, optava por uma estética realista. Cabia à literatura o papel de revelar o que era silenciado pelos jornais em razão da censura em curso; com isso, surge um elo entre as duas formas de narrativa, constituindo-se, assim, um paradoxo: não é somente jornalismo porque é romance, mas também não é somente romance, pois se trata de jornalismo. O pesquisador também afirma que outra contribuição importante para se chegar ao romance-reportagem brasileiro parte da história do próprio jornalismo, que destinava – e ainda destina – espaço nos jornais para informações em forma de crônica, por exemplo, mesclando as linguagens.

Diante do exposto, e a partir da compreensão de que jornalismo e literatura podem estar imbricados para suscitar leituras críticas e reflexivas, abordamos, na sequência, conceitos e conclusões a respeito do gênero romance-reportagem, enfatizando a ideia de que esse tipo de narrativa pode assumir um papel pedagógico.

2 O TEXTO E OS OBJETOS DE REPRESENTAÇÃO

Episódios violentos, tragédias humanitárias, revoluções, transformações sociais, acontecimentos políticos e fatos históricos são apenas algumas das infinitas possibilidades de temas para serem abordados, tanto literariamente, quanto jornalisticamente. São questões que tanto importam para os seres

humanos e para o desenvolvimento do senso social, que quando representadas textualmente, transpostas para os mais diversos tipos de gêneros da escrita, constituem-se como importantes registros de resgate e manutenção da memória coletiva.

Ao representar, além de simplesmente trazer à tona alguns acontecimentos, pessoas ou lugares, as narrativas possibilitam, também, uma nova forma de interpretação, especialmente se considerarmos que discursos são produzidos em espaços e em contextos diferentes do que aqueles em que o leitor se encontra. Sendo assim, a representação pode ser uma forma de proporcionar um melhor entendimento acerca do mundo em que vivemos e das situações que marcam a história.

O anseio de resgate dos acontecimentos, através da representação, é explicado por Erich Auerbach (1971, p. 12): "a necessidade de construir textos autênticos se faz sentir quando um povo de alta civilização toma consciência dessa civilização e deseja preservar dos estragos do tempo as obras que lhe constituem o patrimônio espiritual". Ponderando o papel do narrador, Auerbach comenta:

> Assim, por exemplo, aqui, onde o escritor atinge a impressão mencionada colocando-se a si próprio, por vezes, como quem duvida, interroga e procura, como se a verdade acerca da sua personagem não lhe fosse mais bem conhecida do que às próprias personagens ou ao leitor. Tudo é, portanto, uma questão da posição do escritor diante da realidade do mundo que representa; posição que é, precisamente, totalmente diferente da posição daqueles autores que interpretam as ações, as situações e os caracteres das suas personagens com segurança objetiva. (AUERBACH, 1971, p. 470).

Nesses termos, todo ato de representação inicia com um anseio e perpassa por um autor que reconhece essa necessidade, entende os fatos e, através de um narrador, escreve sobre essa realidade, dando a conhecer ou salvaguardar o mundo e suas situações. Podemos, então, questionar a respeito do modo como as informações interferem nos seus receptores.

Assim, a literatura "confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas" (CANDIDO, 1995, p. 243). Essa dualidade, possível por meio das obras literárias, é um dos grandes elementos que torna viável a produção de novos significados, tendo em vista que o leitor leva em conta sua compreensão prévia do mundo, aliada às

novas perspectivas apresentadas pelo texto com que tem contato. As artes teriam, portanto, uma relação de causa e consequência, que produziria nos indivíduos um efeito prático. Isso quer dizer que, no âmbito da literatura, não podemos restringir apenas às percepções ao mundo das ideias, de outro modo, o crítico apresenta as reflexões promovidas pela arte a partir da face prática, ou seja, é possível, a partir da experiência de leitura, reforçar valores sociais e modificar a conduta dos indivíduos, as suas vivências, em prol do bem coletivo já que "a literatura desperta inevitavelmente o interesse pelos elementos contextuais" (CANDIDO, 2002, p. 79), contribuindo, inclusive, para a formação do indivíduo.

Diferentemente de produções jornalísticas, a literatura não tem como função informar, as narrativas, em geral, expressam determinadas realidades a partir da reinterpretação do que foi e do que poderia ter sido e, à medida que traz à tona esses contextos, revela também um recorte histórico, que permite aos leitores tomar conhecimento acerca do universo, mas também de si mesmos, uma vez que a literatura propicia, também, o autoconhecimento, o "sair de si" a partir das construções possibilitadas através das leituras.

De um modo semelhante, mas com outra finalidade, existem as narrativas jornalísticas, por meio das quais, o conhecimento acerca dos acontecimentos universais se torna possível. Albert Chillón (1999, p. 25, grifo do autor) afirma que conhecemos o mundo e que ele adquire sentido ao passo que o designamos através das palavras, "na medida em que o *empalavramos*"[3], isso quer dizer, quando é traduzido linguisticamente. Caso contrário, ainda de acordo com o autor, o mundo seria, para nós, apenas uma gama de sensações táteis, visuais, olfativas, visuais, acústicas e gustativas, registradas somente no presente, aqui e neste momento. Assim, o registro de tudo o que acontece é a documentação da memória e é, sobretudo, o que dá sentido a essa memória. Isso porque, conforme Chillón, a partir de sua leitura em Friedrich Nietzsche, a linguagem detém uma natureza retórica e cada uma das palavras coincide com o que se pretende designar. São, portanto, as palavras que traduzem, a partir dos enunciados, as experiências sensitivas dos sujeitos.

[3] Tradução livre, do original "en la medida en que lo *empalabramos".* Chillón explica, em nota, que "empalabrar" se trata de um neologismo que leva a reflexões acerca da natureza da linguagem.

Segundo uma das primeiras teorias do jornalismo, do século XIX, denominada Teoria do Espelho, mencionada por Nelson Traquina (2005), os jornalistas seriam profissionais que comunicariam de forma desinteressada, e as notícias apresentariam totalmente o que a realidade determina, justificando o nome atribuído à teoria, seria um espelho do real. O autor retoma, então, a ideia das teorias construcionistas, que surgem a partir dos anos 1970, que rejeitam a ideia mencionada anteriormente. Isso porque as notícias auxiliariam na construção da própria realidade. Além disso, a linguagem neutra, nessa perspectiva, é encarada como algo inatingível.

Não sendo possível transpor o real por meio da linguagem, cabe entendermos de que forma a representação da realidade acontece por meio do jornalismo. Segundo Walter Benjamin (2000), as narrativas não pretendem puramente transmitir um acontecimento, já que esse é integrado à vida do narrador, que os passa aos interlocutores a partir das próprias experiências. Por outro lado, o mesmo autor (2000, p. 106) afirma que, "se fosse a intenção da imprensa fazer com que o leitor incorporasse à própria experiência as informações que lhe fornece, não alcançaria seu objetivo", pois os jornais, segundo ele, isolam os acontecimentos da ideia de afetar a experiência do público. Se representar, através da não ficção, perpassa pela questão da experiência, tanto do enunciador como do enunciatário, o papel do jornalismo enquanto difusor de informações se torna ainda mais sério, uma vez que não se tem apenas informação, mas, sobretudo, uma grande teia de sentidos oriundos do que é divulgado. A partir da premissa do frankfurtiano, podemos supor que nem sempre a intencionalidade de compreensão do conteúdo prevista pelo autor de um texto é assim assimilada pelo seu leitor.

Além disso, é preciso salientar a questão da subjetividade. Chillón (1999) discute a ideia da representação do real, afirmando que sequer existe uma única realidade. No lugar disso, o que se têm são realidades subjetivas, que adquirem sentido quando verbalizadas, mas considerando, também, que há um limite da linguagem e, portanto, cada indivíduo pode ter uma experiência diferente ao ter contato com a informação. "Não existe interrupção drástica entre *subjetividade* e *objetividade*, isto é, entre o *aqui dentro* subjetivo de cada um e o *ali fora*

intersubjetivo de todos" (CHILLÓN, 1999, p. 29, grifo do autor)[4]. O autor explica que isso se dá porque existem tantas realidades quanto experiências individuais e, ademais, o pensamento de todos está inserido nesse meio cada vez mais íntimo e social que é a linguagem.

Patrick Charaudeau (2009) recorda que o conceito de representação é discutido em diferentes áreas e, a partir disso, propõe pontos comuns que cabem ao modo como a realidade é expressa pela comunicação midiática. As representações, nessa perspectiva, construiriam uma organização do real a partir de "imagens mentais transpostas em discurso ou em outras manifestações comportamentais dos indivíduos que vivem em sociedade, [e que] estão incluídas no real, ou mesmo dadas como se fossem o próprio real" (CHARAUDEAU, 2009, p. 47). O autor sugere, portanto, que a mídia ainda buscaria apresentar uma concepção de realidade ao transmitir as informações. Nas palavras do estudioso, as representações

> se baseiam na observação empírica das trocas sociais e fabricam um discurso de justificativa dessas trocas, produzindo-se um sistema de valores que se erige em norma de referência. Assim, é elaborada uma certa categorização social do real, a qual revela não só a relação de "desejabilidade" que o grupo entretém com sua experiência do cotidiano, como também o tipo de comentário de inteligibilidade do real que o caracteriza – uma espécie de metadiscurso revelador de seu posicionamento. Em resumo, as representações apontam para um desejo social, produzem normas e revelam sistemas de valores. (CHARAUDEAU, 2009, p. 47).

Isso quer dizer que as escolhas feitas pelo enunciador podem gerar efeitos de interpretação que podem ou não estar mais próximos do que se supõe ser o real. Conforme as ideias de Charaudeau (2009), uma palavra pode significar muito mais do que o seu sentido literal, quando já carrega uma série de valores atribuídos por aqueles enunciadores que repetem continuamente uma ideia contextual a respeito dela, ou seja, as palavras podem ser transmitidas carregadas de crenças e de valores. O autor exemplifica a diferença de uma manchete que enuncia "o presidente da comissão entrega o relatório ao primeiro-ministro", ou "o presidente da comissão entrega uma bomba ao primeiro-ministro" (CHARAUDEAU,

[4] Tradução livre, do original: "No existe interrupción drástica entre *subjetividad* y *objetividade*, esto es, entre el *aqui adentro* subjetivo de cada uno y el *ahí afuera* intersubjetivo de todos".

2009, p. 47-48). O modo como são postas as frases sugere diferentes avaliações e interpretações por parte do leitor.

Dessa forma, a partir das premissas mencionadas, as representações por meio do jornalismo formam uma nova realidade, ou seja, a partir da narrativa, cria-se uma nova perspectiva em relação ao que acontece. Com essa afirmativa, cabe discutirmos os objetivos das enunciações, ao considerar que há um detentor da informação, nesse caso, a mídia. Embora hoje a difusão de conhecimentos possa ser considerada democrática, tendo em conta a grande quantidade de escolhas possíveis no mundo da informação, haja vista principalmente o acesso à internet, também é preciso refletir que o fazer jornalístico perpassa não somente pelas escolhas em função das vivências do profissional que divulga, mas, também, em grande parte dos casos, por instâncias superiores.

Com o exposto até aqui, compreendemos que embora a narrativa jornalística pretenda representar a realidade, só representa aquilo que está próximo ao real, não sendo possível captar a totalidade de um acontecimento. Ademais, as informações divulgadas pela mídia são atravessadas por outras questões que permeiam os interesses midiáticos hoje, e elas não dizem respeito apenas às linhas editoriais dos veículos de comunicação. Estão integrados nesse processo os interesses políticos, econômicos, empresariais e outros.

Apesar disso, Traquina (2005) argumenta que o jornalismo vai muito além do domínio de técnicas, pois se trata de uma atividade intelectual e que carrega uma grande responsabilidade social. Ainda de acordo com o autor (2005, p. 22), trata-se de uma atividade criativa: “plenamente demonstrada, de forma periódica, pela invenção de novas palavras e pela construção do mundo em notícias, embora seja uma atividade restringida pela tirania do tempo, dos formatos, e das hierarquias superiores”, incluindo, nesse contexto, os proprietários das empresas de comunicação. Dessa maneira, a discussão do pesquisador centra-se em outro ponto fundamental: não basta buscar atribuir uma resposta ao que seria o jornalismo ou o seu papel, mas, sim, “o que é o jornalismo numa democracia?” (TRAQUINA, 2005, p. 22).

O aspecto central da democracia seria a liberdade, porém, conforme o autor, emergem duas questões no campo jornalístico atual: o polo econômico, que seria a notícia como uma mercadoria, e o polo ideológico, ou seja, a notícia enquanto

serviço público. Sendo assim, ainda segundo Traquina (2005), muitas vezes, a imprensa deixa de cumprir seu papel fundamental em detrimento de elementos como pressão pelo tempo, hierarquia da empresa – incluímos aqui, as questões de ideologia –, competitividade e, ainda, fomento de acontecimentos realizados propositadamente por figuras sociais a fim de obtenção de destaque midiático. Esses fatores afastam a prática jornalística do seu papel fundamental, que é a representação mais próxima possível do real e a difusão de informações de qualidade, que promovam o conhecimento.

Sobre esse aspecto, Charaudeau (2009, p. 58) argumenta que as mídias têm "a vocação de responder uma demanda social por dever de democracia [...]. Essa profissão se define como devendo exercer uma função de serviço: um serviço em benefício da cidadania"; entretanto, muitas vezes, sobressai-se a lógica comercial. O autor acrescenta que esse raciocínio faz com que a imprensa recorra à sedução, ou seja, a informações que nem sempre atendem ao interesse público, mas, sim, a condutas ideológicas.

Tendo isso em vista, é notável que a democratização da informação está diretamente ligada ao perfil de sociedade em que ela circula. Entendemos que a perspectiva de Dominique Wolton (2004, p. 62) em relação à "ideologia técnica" se aplique nesse sentido, uma vez que o fazer jornalístico depende da técnica. O autor apresenta uma visão otimista e outra pessimista sobre o tema, sendo que a primeira atribui à tecnologia a possibilidade de uma sociedade mais aberta e livre, enquanto que a segunda compreende a utilização tecnológica como uma forma totalitária de controle social pelos detentores do poder. Podemos pensar que, hoje, as duas visões são plausíveis já que a grande difusão de informações pela infinita possibilidade propiciada através da tecnologia permite ao público o cruzamento de dados, a investigação dos fatos, a busca pelo que mais se aproxima da realidade.

A propósito disso, porém, cabe destacar alguns pontos. Primeiro, esse interesse nem sempre acontece, ou seja, parte da população aceita o que lhe é ofertado em termos noticiosos, sem buscar a fundo outras possibilidades. Dessa falta de pesquisa, ganham vez também as *fake news,* notícias falsas ou com informações inverídicas. Segundo, mesmo quando a busca acontece, é difícil pensar que se possa ter uma comunicação midiática livre de ideologias. Ainda assim, de um modo geral, é válido afirmar que as tecnologias estão a favor da

democratização da notícia, se simplesmente levarmos em conta as possibilidades oriundas desse contexto.

Uma vez que a democratização da informação está mais para o sentido quantitativo do que qualitativo, cabe discutirmos de que maneira o que é transmitido ao público através da mídia poderia atingir um caráter de funcionalidade social, isso é, apresentar-se como uma referência que possui utilidade. Tomamos como ponto de partida a seguinte ideia: a informação como capital simbólico capaz de não apenas tornar conhecidos os fatos, mas, sobretudo, contribuir para o resgate ou para a documentação da memória.

3 O ROMANCE-REPORTAGEM E ALGUMAS DE SUAS FUNÇÕES

Ao considerarmos toda a lógica comercial, ideológica e de interesses que permeia o cotidiano do desenvolver jornalístico, compreendemos que a possibilidade de desenvolver as ideias de forma mais abrangente, com um viés pedagógico, é maior no gênero reportagem. Charaudeau (2009, p. 221) questiona: "reportagem: garantia de autenticidade ou armadilha de falsa imparcialidade?". Ou seja, dispor de mais espaço e de mais tempo para desenvolvimento textual ou audiovisual não significa, necessariamente, que a realidade será representada de maneira menos parcial, mas, talvez, possa ser representada de modo mais profícuo. O autor (2009, p. 221) explica também que "a reportagem deve adotar um ponto de vista distanciado e global (princípio de objetivação) e deve propor ao mesmo tempo um questionamento sobre o fenômeno tratado (princípio de inteligibilidade)" e é por esse motivo que, nas produções desse gênero, encontram-se planejamento, recursos imagéticos, testemunhos e detalhes explicativos, visando à credibilidade, pois o que se espera do autor é que ele consiga chegar o mais próximo possível ao fenômeno real. Charaudeau (2009) acrescenta que não há como promover o questionamento esperado nesse tipo de produção sem justamente envolver o senso crítico de quem o produz. Se o esperado é que o autor se abstenha do seu ponto de vista pessoal, isso não se sustenta, uma vez que "é impossível (toda construção de sentido depende de um ponto de vista particular) e necessário (todo procedimento de análise implica tomadas de posição)" (CHARAUDEAU, 2009, p. 222).

A ideia apresentada é fundamental para a compreensão do gênero reportagem. Aqui, especialmente tratando sobre o texto, que é difundido em jornais impressos, revistas, livros e portais on-line, é possível afirmar que a utópica busca pela imparcialidade já chegou ao fim, se tomadas como exemplos as reportagens a que temos acesso atualmente. Primeiro, pela impossibilidade de alcançá-la e, depois, justamente pela necessidade de produzir um capital simbólico capaz de fazer refletir, uma vez que é imprescindível o senso crítico para poder proporcionar questionamentos que produzam conhecimento e debates.

Todavia, não seria eficaz que as reportagens fossem produzidas exclusivamente a partir da opinião dos seus autores, pois, se assim o fosse, teríamos uma série de crônicas, artigos e resenhas, e não material jornalístico, que deve abranger o maior número possível de verdades, e não apenas a verdade do profissional que escreve. É por isso que a busca pelas fontes de informação é a melhor solução, e apresentar e confrontar pontos de vista é fundamental no jornalismo. Contudo, é necessário tomar cuidado com o que Charaudeau (2009, p. 222) chama de técnica da "gangorra", que consiste em "propor pontos de vista diferentes, ou mesmo contrários, sem arriscar-se a operar uma hierarquia (ou fazendo-o em dose mínima), e cuja conclusão se resume a uma série de novas questões". Nessa perspectiva, o autor de um texto apenas apresentaria opiniões distintas de variados entrevistados, sem se arriscar a propor ao menos uma conexão entre elas, e isso, para o pesquisador, gera apenas novas indagações, sem estimular a criticidade.

Assim, é possível afirmar que existe um abismo entre exclusivamente emitir a opinião ou simplesmente apresentar fatos e ideias de outrem. Entretanto, é nesse vácuo que se insere o meio termo: ouvir, sim, todos os lados possíveis de uma dada realidade a ser representada e tomar essas ideias como informação, sem obviamente distorcê-las, mas trabalhando-as dentro de um contexto que permita a exposição de diferentes pontos de vista, arriscando questionar e propor outras ideias.

Sabendo das possibilidades mais amplas de apuração e de escrita inerentes à produção de reportagens, é também aceitável pensarmos que esse formato de representação jornalístico propicia mais liberdade ao autor de um texto. Poder acrescentar um grande aporte reflexivo advindo de diferentes fontes e do próprio

jornalista já é uma maneira de informar mais criticamente, auxiliando na construção e na preservação da memória. Segundo Cremilda Medina (1978), a reportagem combina dois fatores, que seriam o aprofundamento do fato noticioso em função do tempo e do espaço e também a estilística da abordagem. A grande quantidade de informações possibilita, no desenvolvimento da reportagem, um relato mais humano dos acontecimentos. Para a autora, essa forma de texto substitui a suposta objetividade pela subjetividade, ampliando as formas de criação.

Visto o fator de origem para o romance-reportagem brasileiro, é coerente perceber que, ainda hoje, grande parte, senão a maioria, dos livros do gênero destina suas temáticas a questões que remetem à violência, a regimes políticos e à representação de pessoas excluídas ou marginalizadas social e culturalmente, estando em consonância com o motivo pelo qual literatura e jornalismo uniram-se no Brasil.

Paul Ricoeur, em seu livro *Tempo e narrativa*, dedica um capítulo ao entrecruzamento entre história e ficção. O estudioso afirma que existem trocas entre ambos: "a história e a ficção só concretizam suas respectivas intencionalidades tomando de empréstimo a intencionalidade da outra" (2010, p. 311). Ainda conforme Ricoeur, essa concretização só ocorre quando a história se serve da ficção para refigurar o tempo e, por sua vez, a ficção se utiliza da história com esse mesmo objetivo. É esse fenômeno que incide no romance-reportagem, que recorre a documentos, a entrevistas e a aparatos históricos a fim de contar sobre uma determinada temática ao grande público, através de uma obra que, embora escrita com base na veracidade, pode possuir traços ficcionais, como tudo o que é escrito através da percepção de alguém. O jornalismo literário é, então, definido por Felipe Pena (2008) como a união de elementos de gêneros diferentes, não como uma dicotomia entre realidade e ficção, mas como uma verossimilhança que engendra uma atitude narrativa que mistura os dois.

O romance-reportagem atuaria, portanto, como uma alternativa ao fazer jornalístico que, muitas vezes, na prática cotidiana, acaba cedendo aos interesses econômicos e políticos, o que acarreta uma minimização dos seus papéis fundamentais. Pena (2008, p. 13) está em acordo com essa ideia, o que auxilia na compreensão acerca do foco desse tipo de narrativa. Segundo ele, "o que deveria ser uma profissão ligada às causas da coletividade vem se transformando, salvo

raras e boas exceções, em um palco de futilidades e exploração do grotesco e da espetacularização". O autor justifica sua afirmativa, destacando que diversos meios midiáticos estariam entorpecidos na busca por audiência e patrocínio, em um ciclo vicioso. "Prisioneiros dessa lógica, os jornalistas sérios, comprometidos com a sociedade, têm seu espaço reduzido e buscam alternativas. O Jornalismo Literário é uma delas" (PENA, 2008, p. 13). Essa ideia corrobora as de Lima (1995), que atribui ao jornalismo literário a ocupação do espaço vazio que é deixado pelas publicações periódicas.

Um exemplo de romance-reportagem é o livro *O espetáculo mais triste da Terra* (2011), de Mauro Ventura. A obra remete a uma tragédia ocorrida em Niterói em 1961, quando um circo foi acometido por um incêndio que matou centenas de pessoas. O autor traz à tona, por meio da obra, não somente o episódio em si, já conhecido no país através dos noticiários em geral, mas o aprofundamento do tema com a discussão sobre as investigações policiais, os suspeitos, as possíveis falhas das autoridades, além de inéditos e esclarecedores depoimentos. Produzida 50 anos depois do ocorrido, a "notícia" dessa vez não se classifica como velha. Pelo contrário, retoma um acontecimento, exaustivamente noticiado, mas dessa vez com mais profundidade de relatos, contribuindo para o resgate da memória.

Pena (2008) afirma que o jornalista literário, longe de ignorar aquilo que faz parte do jornalismo diário, desenvolve essas técnicas narrativas, construindo novas estratégias que mantêm, principalmente, princípios como rigorosa apuração, ética, observação e clareza. É preciso ressaltar, entretanto, que nem todos os romances-reportagens são desenvolvidos por jornalistas. Alguns dos autores, partindo de sua habilidade de escrita e observância da sociedade, motivados por fatores diversos, que incluem sua percepção do mundo, também escrevem obras com essa característica de reportagem.

A maneira como o jornalista se apropria dos fatos para contá-los aos leitores, interpretando histórias, pode ser uma das características que tornam uma reportagem ou um romance-reportagem mais completos e interessantes do que uma matéria meramente informativa. É também nessa perspectiva que a narrativa se torna pedagógica, uma vez que conduz os leitores a refletirem sobre diferentes temas, de forma mais aprofundada do que apenas tomar conhecimento dos fatos.

No jornalismo cotidiano, normalmente a escrita é mais sucinta, direta, sem rodeios, visto que o elemento principal é somente a informação. Já quem escreve romance-reportagem busca, conforme Pena (2008, p. 103), "a representação do real por meio da contextualização e interpretação de determinados acontecimentos", sem a preocupação de "apenas informar, mas também explicar, orientar e opinar, sempre com base na realidade". Assim, nos romances-reportagens a linguagem não se equipara àquela convencionalmente utilizada no jornalismo meramente informativo, mas vem aparelhada com detalhes capazes de cativar a atenção dos leitores, o que leva a uma interação maior com o texto e, por consequência, com o fato representado.

Com o intuito de demonstrar como ocorre a escrita em cada um dos casos – romance-reportagem e jornalismo cotidiano –, apresentamos a seguir, o trecho de outra obra, *A família Canuto e a luta camponesa na Amazônia* (1999), de Carlos Cartaxo, que trata, dentre outras questões, a respeito de uma família que lutou contra o crime organizado no período entre a Guerrilha do Araguaia e a Nova República. Na sequência da reprodução desse excerto, descrevemos a passagem de uma matéria veiculada em um portal de notícias, tratando sobre a morte de um militante:

> A noite tinha chegado e o céu, que naquela época ficava carregado de nuvens, começou a ficar estrelado. O discurso de Paulo se prolongou. Neuton Miranda também expressou seu sentimento pelo companheiro partido. A partir daí, as falações, que foram fortes e objetivas deram lugar a cânticos e choro, enquanto o caixão estava sendo coberto por terra, aquela por quem João Canuto tanto lutou. (CARTAXO, 1999, p. 204).

> João Luiz Duboc Pinaud, jurista e militante dos Direitos Humanos, morreu nesta segunda-feira (23/4), aos 87 anos. De acordo com o portal O Fluminense, o corpo do advogado está sendo velado no Plenário Brígido Tinoco da Câmara de Vereadores de Niterói desde às 15h30 de hoje e será cremado na manhã desta terça (24/4). (CONJUR, 2018, n. p.).

A diferença nas formas de narrar é bastante evidente nesses dois fragmentos. Enquanto o texto de Cartaxo descreve uma morte com abundância de detalhes, o texto do portal noticioso demonstra somente as informações relevantes para aquele momento. O primeiro instiga a sensibilidade e a reflexão; o segundo visa à informação. No jornalismo literário, a maneira como a narrativa se constrói

permite, em maior medida, a expressão das experiências dos sujeitos que fazem parte da história narrada. Nesse tipo de texto, há uma preocupação maior com a demonstração mais minuciosa de quem é o indivíduo e suas particularidades diante daquele contexto. Não buscamos afirmar a superioridade de um texto em relação ao outro; o que pretendemos, a partir desses exemplos, é demonstrar a diferença de narrativas jornalísticas que buscam cumprir objetivos diferenciados, sendo que, no romance-reportagem, a linguagem literária é utilizada justamente para atingir sua finalidade que, conforme defendemos neste estudo, possui caráter pedagógico.

É importante, todavia, a ponderação de Lima (1998, p. 27), quando afirma que o livro-reportagem nem sempre "apresenta qualidade superior ao jornalismo convencional. Ele tem potencial para tal, mas o resultado depende muito do talento do autor, da abrangência do tema, das condições de produção, do profissionalismo da editora", e acrescenta: "há livros-reportagens excelentes, bons e medíocres". Dessa maneira, quando o jornalismo se une à literatura, através de romances-reportagens, cabe também refletirmos se a função jornalística pode ser ampliada, já que a informação, quando mais apurada e mais enriquecida em detalhes e percepções, pode contribuir mais eficazmente para a construção do capital simbólico que proporcione um conhecimento analítico. Na busca por esse esclarecimento, o ponto de partida é justamente a função literária, tendo em vista que, nesse tipo de produção, uma área se imbrica à outra.

A voz narrativa, nesse ínterim, é uma das grandes aliadas no processo de construção de sentidos. Na grande maioria das obras de jornalismo literário, podemos observar a evidente presença daquele que escreve o texto, pois não há uma busca pelo distanciamento ou por algum grau de imparcialidade, ao contrário, notamos que a construção da narrativa perpassa frequentemente pelas percepções desse autor, o que também atribui caráter pedagógico a esse gênero. A fim de ilustrar o exposto, cito o trecho do romance-reportagem *Holocausto brasileiro*, de Daniela Arbex (2015, s. p.):

> Tragédias como a do Colônia nos colocam frente a frente com a intolerância social que continua a produzir massacres: Carandiru, Candelária, Vigário Geral, Favela da Chatuba são apenas novos nomes para velhas formas de extermínio. Ontem foram os judeus e os loucos,

> hoje os indesejáveis são os pobres, os negros, os dependentes químicos e, com eles, temos o retorno das internações compulsórias temporárias. Será a reedição dos abusos sob a forma de política de saúde pública? O país está novamente dividido.

Nesse excerto, fica claro um posicionamento, por meio de conclusões a respeito de tudo o que a autora já havia desenvolvido para a construção do texto. Além disso, com o fragmento, é possível observar a subjetividade, ou seja, a possibilidade de reflexão e inferências por parte do leitor, inclusive através do lançamento de uma pergunta oriunda de uma problemática. Ademais, a construção da ideia exposta por Arbex se deu, justamente, a partir da união de diversas outras vozes, como as de seus entrevistados, das histórias que leu e ouviu, de sua experiência como jornalista, dentre tantas outras. Assim, diferentemente do que se busca em textos meramente noticiosos, que é o distanciamento do sujeito que narra, no romance-reportagem, temos o oposto, que é justamente o seu posicionamento de forma explícita e essa aproximação é uma das ferramentas capazes de conduzir a uma leitura mais imersiva e crítica.

Ao compreendermos que para escrever uma grande reportagem o autor precisa levar em conta um contexto, efetuar leituras do mundo e das realidades, entrevistar diferentes fontes e unir todos esses elementos textualmente, a fim de produzir um sentido, ainda que se trate de um exemplo de narrativa de não ficção, essa produção – se unida a outras especificidades como modos de escrita –, pode, em grande medida, tomar para si alguns preceitos literários e, assim, assumir um papel até então atribuído majoritariamente à literatura. Dessa maneira, é imprescindível remeter a Candido (1995, p. 245) para quem “a produção literária tira as palavras do nada e as dispõe como todo articulado”. É justamente esse todo que resulta na construção de um significado, é o “todo” que faz refletir, repensar, entrar em contato com a fabulação e criar próprios sentidos.

Isso posto, aproximamos a premissa de Candido com a proposição de Charaudeau (2009, p. 131), segundo a qual “o espaço social é uma realidade empírica compósita, não homogênea, que depende, para sua significação, do olhar lançado sobre ele pelos diferentes atores sociais, através dos discursos que produzem para tentar torná-lo inteligível”. Ou seja, a influência exercida do meio sobre a obra e vice-versa, conforme propõe Candido, é também argumento para o fazer jornalístico compatível com o papel que deve cumprir. Sendo assim,

relacionar essas duas formas de narrar, por meio de um romance-reportagem, pode nos levar a uma ideia ainda mais abrangente no que concerne à função jornalística: o senso de humanização.

Não propomos elevar o jornalismo – tampouco a literatura – a um patamar de poder que torna capaz de, exclusivamente, através dos textos, humanizar. Isso porque muitas pessoas, mesmo analfabetas, podem possuir valores, dentre eles, entendimentos de mundo, iguais ou superiores a quem teve acesso à considerada mais alta literatura ou a inúmeras reportagens especiais. É inegável, entretanto, que, ao representar realidades e reconstruí-las de forma reflexiva através dos textos, os autores das obras podem, a partir delas, também ampliar os níveis de sensibilidade e oportunizar saberes que elevem as percepções dos indivíduo.

4 CONCLUSÕES

Compreender de forma aprofundada os meandros que envolvem os importantes acontecimentos que permeiam uma sociedade é chegar mais próximo da compreensão sobre o funcionamento dessa mesma sociedade. Resguardar essas memórias, desenvolver e ampliar o senso de empatia, são aspectos que representam um grande passo para a mudança de realidades e para a construção de olhares mais críticos sobre um país – e um mundo – que ainda requer muitos avanços.

Uma das maneiras de chegar a essas compreensões, é a partir de narrativas que se propõem a representar os fragmentos da realidade, instigando o senso reflexivo. Diante disso, manifestações artísticas, sejam elas ficcionais ou não-ficcionais, têm cumprido a importante função de contar a história e os cotidianos do país, assumindo o papel social de representar uma dada realidade para ressignificá-la. Ao unir as funções da literatura com as do jornalismo, chegamos a um pertinente tipo de gênero que demonstrou ser eficaz na interpretação das realidades e sua transposição por meio da narrativa. O jornalismo literário, que une as especificidades da literariedade (linguagem, detalhamento, estética, etc.), com a missão de informar, é capaz de proporcionar novas experiências críticas sobre os acontecimentos que marcaram a vida e a história social. Ademais, outras estratégias discursivas, como a

aproximação do autor do texto com os leitores, instigam o envolvimento dos sujeitos com as causas sociais.

Com todos esses elementos, compreendemos que, assim como a literatura de ficção, que possui função pedagógica, os romances-reportagens também podem assumir uma atribuição semelhante, pois resguardam memórias, denunciam, posicionam-se, questionam e conduzem os leitores a questionarem.

RESUMEN: Este artículo presenta un análisis bibliográfico sobre la novela-reportaje, que reúne funciones literarias y periodísticas. Como parte del periodismo literario, las obras de este género tienen como objetivo rescatar hechos sociales importantes, a través de encuestas y entrevistas, representando realidades para instigar la crítica y la reflexión social. En este sentido, este estudio tiene como objetivo identificar las características y funciones de la novela-reportaje con el fin de observar el carácter pedagógico de estas producciones. Así, el uso de un lenguaje más detallado, similar a la literatura, y basado en otras estrategias discursivas, como acercar al autor del texto al lector, indican que este tipo de narrativa tiene un sesgo pedagógico, ya que fomenta la participación de lectores con causas sociales, buscando fortalecer el sentido de empatía.

Palabras clave: Noveja-reportaje; periodismo literario; carácter pedagógico; crítica social.

REFERÊNCIAS

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro.** São Paulo: Geração Editorial, 2013. 255 p.

AUERBACH, Erich. **Mimesis:** a representação da realidade na literatura ocidental. Tradução: George Bernard Sperber. São Paulo: Perspectiva, 1971. 688 p.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire:** um lírico no auge do capitalismo. 3. ed. Tradução: José Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 2000. 272 p.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. In: CANDIDO, Antonio. **Textos de intervenção.** São Paulo: Duas Cidades, 2002. p. 77-92.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio**. Vários escritos**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Duas Cidades, 1995. p. 235-563.

CARTAXO, Carlos. **A família Canuto e a luta camponesa na Amazônia**. Belém: EDUFPA/Livroarte, 1999. 384 p.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias.** Tradução: Angela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2009. 288 p.

CHILLÓN, Albert. **Literatura y periodismo:** una tradición de relaciones promiscuas. Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona. Servei de Publicaciones, 1999. 470 p.

COSSON, Rildo. **Romance-reportagem**: o gênero. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001. 88 p.

LIMA, Edvaldo Pereira. **O que é livro-reportagem**. São Paulo: Brasiliense, 1998. 70 p.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas:** o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Campinas: Unicamp, 1995. 270 p.

MARQUES DE MELO, José. **A opinião no jornalismo brasileiro.** São Paulo: Vozes, 1985. 166 p.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda:** jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo: Alfa-Omega, 1978. 194 p.

PENA, Felipe. **Jornalismo literário.** São Paulo: Contexto, 2008. 139 p.

RICOEUR, Paul. O entrecruzamento da história e da ficção. In: RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tradução: Claudia Berlinder. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SCHNEIDER, Sabrina. **Ficções sujas**: por uma poética do romance-reportagem. 2013. 221 p. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2013.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo:** por que as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005. 224 p.

VENTURA, Mauro. **O espetáculo mais triste da Terra.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 291 p.

WOLFE, Tom. **Radical e chique e o Novo Jornalismo.** Tradução: José Rubens Siqueira. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 248 p.

WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação.** Tradução: Zélia Leal Adghirni. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. 548 p.

ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Literatura e pedagogia:** ponto & contraponto. 2. ed. São Paulo: Global; Campinas: ALD – Associação de Leitura de Brasil, 2008.

Artigo recebido no 1º semestre de 2023.
Artigo aceito no 2º semestre de 2023.